

A Formação Profissional superior, em exame

Segundo algumas estimativas, dois terços do crescimento do emprego na década 2010-2020, na Europa, dever-se-á a trabalhos de carácter técnico. Neste mesmo período, nos Estados Unidos, uma em cada três ofertas de trabalho exigirá formação superior à secundária, mas inferior à universitária.

É este precisamente o foco do relatório “Skills Beyond School” (OCDE, 2014). Conscientes de que a formação profissional de grau médio só dá acesso a um número reduzido de empregos, os autores fixam o foco no superior (*post-secondary vocational education and training*), cada vez mais solicitado no mercado laboral. De facto, uma das suas principais recomendações é definir uma rede específica deste tipo de ensino, separada tanto da Formação Profissional média, como da universidade. Mas, para isso, é necessário dotar de identidade própria este setor.

O relatório analisa quais deveriam ser esses traços de identidade, com exemplos concretos de países que implementaram políticas de sucesso em relação a algum deles.

O primeiro que deveria caracterizar o setor é a flexibilidade, entendida como a capacidade para se adaptar às solicitações do mercado e a um corpo estudantil que muitas vezes já acumula alguns anos de carreira profissional. A Formação Profissional superior ajuda este tipo de estudante a manter-se atualizado com as tecnologias ou métodos de trabalho do seu setor específico, adquirir as competências diretivas necessárias para dirigir o seu próprio negócio, ou reciclar-se para outros campos. Outras vezes, em países onde os alunos têm uma média de idade mais jovem (como Espanha, França ou Coreia do Sul), estes programas oferecem uma entrada qualificada no mundo laboral.

Por tudo isso, o relatório recomenda que o conteúdo deste ensino se dirija e organize em torno da aquisição de determinadas competências, e não de acordo com programas de cariz académico como os do ensino secundário. De facto, os possíveis empregadores (o setor industrial, fundamentalmente) deveriam participar na elaboração dos cursos para assegurar que sejam ensinadas as competências exigidas por cada setor. Isto não significa que se devam

abandonar as competências básicas (a leitura e a numérica), mas integrá-las nos restantes conteúdos.

Também a certificação e a homologação deveriam estar impregnadas desta abordagem concorrencial. Na Alemanha, por exemplo, existem exames práticos elaborados pelas empresas para certificar que os estudantes adquiriram certas competências específicas. Não é obrigatório assistir aos cursos para os preparar, embora na prática todos os alunos o façam. Estes testes são regulamentados por um organismo oficial e aparecem nas estatísticas oficiais. 75 % dos que obtêm um certificado de Formação Profissional superior, fazem-no por este caminho, e os outros 25 % recorrem a uma *Fachschule*, instituições educativas mais próximas do ensino regulamentado e que se dedicam à formação profissional.

Para evitar uma excessiva heterogeneidade nos cursos que dificulte a homologação, a OCDE recomenda a existência de um único organismo nacional que certifique os títulos. Na Suíça, por exemplo, isso cabe a uma entidade constituída por representantes dos sindicatos e do *Mundo* empresarial.

A flexibilidade da Formação Profissional superior também se deve manifestar na sua capacidade para atrair alunos adultos que já estão há alguns anos no *Mundo* laboral. Para isso, a OCDE recomenda organizar cursos a tempo parcial (como na Holanda, onde existem “cheques escolares” com fundos públicos que os estudantes podem investir em instituições privadas que oferecem este tipo de programas); dividir os programas em módulos para que os alunos só tenham que frequentar aqueles de que especificamente necessitem (assim se faz na Bélgica), ou fomentar o ensino à distância.

Outro dos sinais de identidade da Formação Profissional superior deve ser, segundo a OCDE, a formação na empresa (*work-based learning*). De facto, o relatório sugere que o financiamento público esteja limitado aos programas que incluam uma carga significativa deste tipo de ensino, o qual, ao mesmo tempo que obriga a ligar os programas às necessidades reais do mercado, mantém os alunos em contacto com as últimas tecnologias e modos de trabalho em cada setor profissional. Além disso, estes programas facilitam a aprendizagem (em situações reais, não simulacros) de competências como o atendimento ao público ou o trabalho em equipa. Por outro lado, poupam aos cofres públicos o dinheiro que custa toda a preparação necessária para implementar muitos dos cursos.

Na Alemanha, país pioneiro na formação dual, em 2001, mais de metade da população com idades entre os 16 e os 22 anos havia completado um destes programas. Uma em cada três empresas proporcionava ofertas para aprendizes e, em 2004, o governo assinou um acordo com o setor industrial, pelo qual este se comprometia a que todas as empresas, exceto as muito pequenas, iriam receber alunos em estágios.

A França é outro país que optou pela formação na empresa. Sucessivas reformas têm vindo a facilitar a entrada de estudantes neste tipo de programas. Duas das mais importantes foram a baixa da idade mínima dos participantes até aos 14 anos, e as bonificações fiscais às empresas que acolham aprendizes. O relatório da OCDE também destaca o modelo de ensino dual de Madrid, como exemplo da possibilidade de fazer conviver os interesses comerciais com os educativos.

Segundo o relatório, uma das barreiras que se encontrou na Formação Profissional superior foi a falta de instituições educativas próprias e claramente diferenciadas, tanto do ensino secundário como do universitário.

A OCDE recomenda criar – ou redefinir – uma rede de instituições educativas especificamente centrada em programas superiores de curta duração (de seis meses a dois anos), mesmo em países onde existe outra fonte de certificação paralela, como o *Mundo* empresarial ou sindical na Alemanha ou Suíça. De facto, no seu relatório para a Dinamarca, convidava a fazer marcha atrás no processo de integração das *professional academies* na universidade. Noutros países, como Inglaterra ou Holanda, esta assimilação (programas de quatro anos com pouca carga prática) veio alterar o ensino profissional que tradicionalmente se ministrava nos *poly-technics* ou nas *hogescholen*, respetivamente. Pelo contrário, o relatório cita como modelos a seguir os *community colleges* norte-americanos ou as *fachhoch-schulen* austríacas, ambos os modelos centrados em programas a tempo parcial de claro conteúdo prático.

Tal como os alunos, os professores dos centros de Formação Profissional superior deveriam manter-se em contacto com o *Mundo* empresarial, pelo que o relatório propõe fomentar contratos que o tornem possível. Um exemplo é o programa inglês “Teach Too”, que pretende atrair trabalhadores da indústria para que ministrem alguns módulos.

Além do ensino, a OCDE quer que o setor privado se envolva no financiamento da Formação Profissional superior. Nalguns países como Suíça, Estados Unidos ou Canadá, já existe este hábito, com menor envolvimento do Estado. No entanto, isto pode acarretar problemas quanto à avaliação dos programas. Pelo contrário, em Israel ou na Suécia, a administração financia muitas instituições educativas privadas, de acordo com um modelo parecido à concertação do ensino obrigatório.

O relatório propõe o modelo sueco. Em 2011, metade dos fornecedores de Formação Profissional superior eram privados. Estes só podem receber dinheiro público se tiverem acordos com empresas para que os alunos possam efetuar lá

os seus estágios (que devem envolver pelo menos um quarto da duração total do curso). Como contrapartida, estas empresas participam na configuração e avaliação dos programas. Para garantir a sua qualidade, existe uma agência nacional que periodicamente recebe aconselhamento de representantes sindicais e empresariais.

Algumas estatísticas sobre o corpo de alunos de Formação Profissional superior

A frequência nestes programas tem vindo a crescer nos últimos dez anos no conjunto da OCDE, com exceções como a Holanda ou a Inglaterra (em parte, pela sua assimilação nos graus universitários). A Espanha é um dos países com uma menor percentagem de população entre os 20 e os 45 anos cuja máxima certificação seja a de Formação Profissional superior (11 %); no outro extremo estão o Canadá (35 %), a Irlanda (30 %) ou a Áustria (20 %).

A média etária dos estudantes situa-se em torno dos 30 anos. Claramente abaixo encontram-se Espanha (25), Áustria (23) ou França (22); e acima estão Suécia (35), Holanda (37) e Finlândia (40). Este dado está logicamente ligado com o da situação laboral. Onde existe uma maior percentagem de estudantes a trabalhar, a média etária é superior. No entanto, existem exceções pelos dois lados: Coreia do Sul e Espanha têm uma percentagem de estudantes-trabalhadores superior à que se deveria esperar pela sua média etária (mesmo que continue a ser baixa em termos absolutos: 30 % e 35 %, respetivamente), enquanto que na Dinamarca ou Finlândia acontece o contrário.

Quanto às competências numérica e de leitura (*basic skills*), destaque para Suécia e Austrália se nos fixarmos na proporção de alunos com elevadas capacidades. Um país como a Espanha, por exemplo, tem poucos alunos entre os de melhores capacidades, mas também tem poucos entre os de menos capacidades.

A situação laboral dos formados (dos 16 aos 65 anos) neste tipo de programas depende em grande parte da saúde económica do país. Há mais desempregados em países com uma elevada taxa de desemprego juvenil, como Espanha, Polónia ou Irlanda. No entanto, em relação aos outros dois, em Espanha há muito menos inativos, isto é, que nem continuam a estudar nem a procurar trabalho. Pelo contrário, na Coreia do Sul e no Japão, até 75 % dos formados na Formação Profissional superior são inativos. Pelo contrário, Finlândia, Alemanha e Dinamarca têm a menor taxa de desemprego neste coletivo.

O “prémio salarial” por ter estudado num módulo superior em relação aos que ficaram pelo médio é de 18 % na OCDE, e a desvantagem em relação aos que têm formação universitária ou similares ronda também os 20 %. Mas a situação difere bastante por países. Em Espanha, o prémio é menor e o castigo maior, pelo que existem poucos incentivos para passar da Formação Profissional média para a superior a não ser que a seguir se pretenda saltar para a universidade; o mesmo

acontece, mas ainda com mais intensidade, nos Estados Unidos. Já na Holanda e em França passa-se o contrário.

F. R.-B.

Os muçulmanos na Europa são menos do que se pensa

O atentado contra o “Charlie Hebdo”, em Paris, fez soar o alarme sobre a imigração proveniente do mundo islâmico. A percepção social na Europa é a população muçulmana ser excessiva, mas os dados mostram que a proporção verdadeira é menor. A França é o país da UE onde maior é o desajustamento entre opinião e dados.

O instituto britânico de sondagens Ipsos MORI publicou em outubro um inquérito realizado a cidadãos de 14 países (quase todos europeus) para ver se as pessoas conhecem as estatísticas que estão por detrás de alguns debates públicos. A imigração foi um dos temas sobre os quais foram interrogados os inquiridos (cfr. em “Aceprensa”, “Las opiniones sobre la inmigración casan mal con la realidad”, 29.10.2014).

A percentagem atual de muçulmanos que vivem em França é de 8 % da população total, o que praticamente coincide com a revelada pelo Pew Research Center (“The Future of the Global Muslim Population – Region: Europe”; 27.1.2011) com dados de 2010: 7,5 % (4,7 milhões de pessoas). Mas segundo o inquérito do Ipsos MORI, o cidadão francês médio pensa que no seu país existem 31 % de muçulmanos.

Outros países europeus onde o desfasamento é muito grande são: Bélgica (a percentagem real é de 6 % contra a percepção de que haveria 29 % de população muçulmana); Grã-Bretanha (5 % contra 21 %); Itália (4% contra 20 %); Espanha (2% contra 16%); Alemanha (6 % contra 19 %)

Estas estimativas exageradas são um problema quando se avança para um debate informado sobre a “invasão muçulmana” na Europa.

Parte-se do princípio de que as posições não seriam as mesmas se se conhecesse a dimensão real deste fenómeno.

As percepções também podem influir nas opções políticas. Como afirma um artigo do “Guardian” (“Today’s key fact: you are probably wrong about almost everything”, 29.10.2014), quanta mais importância conceda um votante a um assunto, mais provável será que decida o seu voto em função das propostas que lhe ofereçam os partidos.

Para Bobby Duffy, diretor-geral do Ipsos MORI, “o verdadeiro perigo destas percepções erradas, reside na forma como reagem os políticos e os responsáveis pelas políticas públicas”. Embora os governantes não devam tratar os cidadãos como “pessoas que necessitam de ser reeducadas”, muito menos deveriam responder “com políticas que simplesmente reforçam os seus medos infundados”.

Segundo as estimativas do Pew Research Center, os países europeus que mais população muçulmana tinham em 2010 eram: França (4,7 milhões); Alemanha (4,1); Grã-Bretanha (2,8); Itália (1,5) e Espanha (1,02).

“Divertida-Mente”

“Inside Out”

Realizador: Pete Docter, Ronaldo del Carmen

Atores: Animação

Duração: 94 min.

Ano: 2015

Este novo filme da Pixar-Disney, toca num especto essencial do ser humano: as emoções e os sentimentos, apresentando um verdadeiro “Tratado” sobre os fatores psicológicos na construção da personalidade de cada um.

Uma rapariga ainda nova tem de mudar de cidade. O pai arranjava emprego em São Francisco e vai para lá com toda a família. A jovem vai ter de se adaptar a essa “metrópole”, à sua nova escola e aos novos amigos. Tudo isso é um desafio para ela. Está numa idade em que tem de crescer, de começar a amadurecer e a enfrentar a realidade. É precisamente então, nessa altura de “mudanças”, que se dá conta de que as suas emoções existem e têm vida na sua própria vida. Por exemplo, a Alegria é travada pelo Medo. Isso provoca Angústia e a rapariga é afetada na sua tomada de decisões. Surge então tristeza... Mas a vida continua... A jovem sente que tem de fazer algo e que não pode viver guiada pelas circunstâncias. Por vezes, tem Raiva de algumas situações, mas repara que essa raiva nem sempre é má, pois dá-lhe forças e estimula-a a passar à ação.

A conclusão é que as emoções não são boas nem más, mas que fazem parte integrante da natureza humana. Se aprendemos a lidar com elas equilibradamente, são um

descanso para a mente, para o corpo e tiram o máximo de partido de cada um.

Tópicos de análise:

1. “Conhece-te a ti mesmo” é uma matéria que vale a pena aprofundar.
2. Os sentimentos potenciam ou paralisam as ações... depende do seu uso.
3. As emoções devem ser guiadas pela razão e não pelos caprichos.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

